





Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP

## Demonstrações Financeiras

Continuação...

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados relativos ao redutor do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve "hedge accounting".

#### d. Operações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal e arcação pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata dia, é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

#### e. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

- As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
- Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 9b.

#### f. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 da CMN. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

#### g. Saldos em moeda estrangeira

Os valores (ativos e passivos) de operações em moedas estrangeiras são atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

#### h. Imobilizado

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e necessários não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

#### i. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

#### j. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

#### k. Redução do valor recuperável de ativos "impairment"

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos "impairment".

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment".

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores do caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	2020	2019
Disponibilidades e reservas no Banco Central*	1.587.602	118.538
Aplicações em operações compromissadas**	2.532.993	1.686.085
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.120.595</b>	<b>1.804.623</b>

\* O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R\$ 1.565.543 em Dez/20 (Dez/2019 R\$ 103.818) sendo com partes relacionadas são R\$ 1.564.720 em Dez/20 (Dez/19 R\$ 92.711);

\*\* Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação foi inferior a 90 dias.

#### 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados a seguir:

	2020	2019
Letras Financeiras do Tesouro	1.499.994	660.056
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.032.999	622.915
Letras do Tesouro Nacional	-	403.114
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>2.532.993</b>	<b>1.686.085</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	397.644	117.531
Aplicações em moeda estrangeira (Ver nota 19)	-	4.320
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>2.930.637</b>	<b>1.807.936</b>

#### Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2020			
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	1.499.994	1.499.994	-	1.499.994
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.032.999	1.032.999	-	1.032.999
<b>Total em aplicações mercado aberto</b>	<b>2.532.993</b>	<b>2.532.993</b>	-	<b>2.532.993</b>
<b>Aplicações interfinanceiras</b>				
Depósitos interfinanceiros	397.644	279.632	118.012	397.644
<b>Total aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>2.930.637</b>	<b>2.812.625</b>	<b>118.012</b>	<b>2.930.637</b>

#### Aplicações interfinanceiras de liquidez por faixa de vencimento

	2019			
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
Letras do Tesouro Nacional	403.114	403.114	-	403.114
Letras Financeiras do Tesouro	660.056	660.056	-	660.056
Notas do Tesouro Nacional - Série B	622.915	622.915	-	622.915
<b>Total em aplicações mercado aberto</b>	<b>1.686.085</b>	<b>1.686.085</b>	-	<b>1.686.085</b>
<b>Aplicações interfinanceiras</b>				
Moeda estrangeira	4.320	4.320	-	4.320
Depósitos interfinanceiros	117.531	55.809	61.722	117.531
<b>Total aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>1.807.936</b>	<b>1.746.214</b>	<b>61.722</b>	<b>1.807.936</b>

#### 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de mercado dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os quadros apresentados a seguir, consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	2020		2019	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos e valores mobiliários por tipo</b>				
<b>Títulos para negociação</b>	<b>655.216</b>	<b>659.150</b>	-	-
Letras do Tesouro Nacional	537.626	538.871	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	718	725	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	116.872	119.554	-	-
<b>Disponível para venda</b>	<b>709.676</b>	<b>710.286</b>	<b>847.143</b>	<b>850.105</b>
Letras do Tesouro Nacional	563.050	566.342	705.634	709.899
Letras Financeiras do Tesouro	111.622	108.940	107.317	106.015
Cotas de fundos de investimentos	35.004	35.004	34.192	34.191
<b>Total</b>	<b>1.364.892</b>	<b>1.369.436</b>	<b>847.143</b>	<b>850.105</b>

#### b. Composição por modalidade e vencimento

Vencimento / Produto	Capital de giro	Financiamento		Conta garantida	Outros empréstimos e créditos (2)	Recebíveis / Títulos créditos a receber	ACC / ACE	Títulos descontados		
		importação	exportação (1)					2020	2019	
Vencidos	-	-	-	-	42.715	6.015	-	-	48.730	1.146
A vencer até 30 dias	41.340	-	-	10.775	-	364.201	-	6.599	422.915	451.837
De 31 a 60 dias	17.394	-	-	-	1.354	243.881	49.895	14.756	327.280	532.046
De 61 a 90 dias	64.461	-	-	91.464	4.826	134.500	216.565	-	573.492	297.721
De 91 a 120 dias	4.538	-	-	79.403	76	88.098	1.574	5.918	193.850	242.808
De 121 a 180 dias	44.573	-	-	11.718	23	106.321	1.948	12.502	252.681	143.023
De 181 a 360 dias	23.720	-	-	49.767	639	11.150	97.410	37.620	221.491	170.944
Acima de 361 dias	-	-	-	-	-	34.185	-	74.446	132.849	186.594
<b>Total</b>	<b>220.244</b>	-	-	<b>243.127</b>	<b>49.633</b>	<b>988.351</b>	<b>367.392</b>	<b>151.841</b>	<b>2.173.288</b>	<b>2.026.119</b>

(1) Repasse sob a Resolução CMN nº 3.844/10: R\$ 134.165 (Dez/2019 - R\$ 208.438) / COMPROR: R\$ 18.534 (Dez/2019 - R\$21.437).

(2) Rendas ACC/ACE: R\$ 6.918 (Dez/2019 - R\$1.136)

(3) Refere-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 482.836 (Dez/2019 - R\$ 437.705); a operação de "Supplier finance" no montante de R\$ 505.515 (Dez/2019 - R\$ 307.585);

	Custo atualizado	Valores por faixa de vencimento				Valor de mercado
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Títulos para negociação</b>						
Letras do Tesouro Nacional	537.626	-	343.035	161.989	33.847	538.871
Notas do Tesouro Nacional - Série B	718	-	709	-	16	725
Notas do Tesouro Nacional - Série F	116.872	-	-	57.666	61.888	119.554
<b>Disponível para venda</b>						
Letras do Tesouro Nacional	563.050	-	296.434	269.908	-	566.342
Letras Financeiras do Tesouro	111.622	108.940	-	-	-	108.940
Cotas de fundos de investimentos	35.004	-	-	-	35.004	35.004
<b>Total</b>	<b>1.364.892</b>	<b>108.940</b>	<b>640.178</b>	<b>489.563</b>	<b>130.755</b>	<b>1.369.436</b>

	Custo atualizado	Valores por faixa de vencimento				Valor de mercado
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Disponível para venda</b>						
Letras do Tesouro Nacional	705.634	199.965	415.518	94.416	-	709.899
Letras Financeiras do Tesouro	107.317	-	-	106.015	-	106.015
Cotas de fundos de investimentos	34.191	-	-	-	34.191	34.191
<b>Total</b>	<b>847.142</b>	<b>199.965</b>	<b>415.518</b>	<b>200.431</b>	<b>34.191</b>	<b>850.105</b>

#### 8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

**Futuros e termo:** cotações extraídas da B3;

**Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	Valor de referência	2020		2019	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Instrumentos financeiros derivativos por modalidade</b>					
<b>Swaps</b>	<b>5.115.929</b>	<b>219.615</b>	<b>326.901</b>	<b>(660.203)</b>	<b>(772.692)</b>
Swaps Locais	5.115.929	219.615	326.901	(660.203)	(772.692)
<b>Futuros</b>	<b>14.303.945</b>	-	-	-	-
US\$ - compra	7.475.402	-	-	-	-
US\$ - venda	96.774	-	-	-	-
DI - compra	-	-	-	-	-
DI - venda	6.731.769	-	-	-	-
<b>Operações a termo</b>	<b>7.510.631</b>	<b>364.784</b>	<b>363.099</b>	<b>(286.310)</b>	<b>(280.991)</b>
Moedas e Commodities (NDF)	7.510.631	364.784	363.099	(286.310)	(280.991)
<b>Total</b>	<b>26.930.505</b>	<b>584.399</b>	<b>690.000</b>	<b>(946.513)</b>	<b>(1.053.683)</b>

	Valor de referência	2020		2019	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Instrumentos financeiros derivativos por modalidade</b>					
<b>Swaps</b>	<b>1.327.791</b>	<b>3.959</b>	<b>3.855</b>	<b>(211.104)</b>	<b>(230.396)</b>
Swaps locais	1.327.791	3.959	3.855	(211.104)	(230.396)
<b>Futuros</b>	<b>6.061.686</b>	-	-	-	-
US\$ - compra	2.784.812	-			



Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
 (Em milhares de Reais)

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Financiamento		Conta garantida	Outros empréstimos e créditos	Recebíveis / Títulos créditos a receber	ACC / ACE	Títulos descontados	
	Capital de giro	importação / exportação					2020	2019
Minação.....	-	-	-	-	-	-	-	299.412
Siderurgia e metalurgia.....	7.585	-	-	-	105	-	-	7.580
Agropecuário.....	-	25.899	-	-	-	-	-	25.899
Comércio.....	-	22.828	28.899	1.473	85.393	54.597	-	193.190
Alimentos e bebidas.....	-	62.859	-	639	522.104	97.410	-	683.012
Máquinas e equipamentos.....	85.764	41.114	16.574	153	147.708	3.442	-	294.755
Outros.....	56.932	-	150.740	42.885	46.495	4.163	-	301.215
Químico e petroquímico.....	26.220	-	2.637	-	111.675	-	-	140.532
Telecomunicações.....	430	-	-	-	-	-	-	430
Eletroeletrônicos.....	-	-	40.553	-	6.184	-	151.841	198.578
Automotivo.....	41.202	-	-	-	68.687	-	-	109.889
Construção e imobiliário.....	2.111	-	-	-	-	4.942	-	7.095
Transportes.....	-	-	3.724	441	-	202.838	-	211.003
<b>Total.....</b>	<b>220.244</b>	<b>152.700</b>	<b>243.127</b>	<b>49.633</b>	<b>988.351</b>	<b>367.392</b>	<b>151.841</b>	<b>2.173.288</b>

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

	Classificação de risco					
	AA	A	B	C	H	
Vencidos até 30 dias.....	1.492	3.772	751	-	42.715	48.730
A vencer até 30 dias.....	320.498	97.647	4.770	-	-	422.915
De 31 a 60 dias.....	317.647	6.634	2.999	-	-	327.280
De 61 a 90 dias.....	521.804	29.886	21.802	-	-	573.492
De 91 a 120 dias.....	113.434	276	76.346	3.794	-	193.850
De 121 a 180 dias.....	245.475	744	4.463	-	-	252.681
De 181 a 360 dias.....	213.272	3.095	5.123	-	-	221.491
Acima de 361 dias.....	105.638	364	26.847	-	-	132.849
<b>Total.....</b>	<b>1.839.260</b>	<b>142.418</b>	<b>145.101</b>	<b>3.794</b>	<b>42.715</b>	<b>2.173.288</b>
<b>Total da Provisão.....</b>	<b>0</b>	<b>712</b>	<b>1.451</b>	<b>114</b>	<b>42.715</b>	<b>44.992</b>
<b>Provisão (%).....</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,50%</b>	<b>1,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>100%</b>	

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

	Classificação de risco					
	AA	A	B	C	H	
Financiamento à importação / exportação.....	148.407	-	4.293	-	-	152.700
ACC / ACE.....	359.363	4.163	3.866	-	-	367.392
Recebíveis.....	835.553	106.339	46.459	-	-	988.351
CCB.....	-	-	-	-	-	3.401
Conta garantida.....	139.832	31.315	71.980	-	-	243.127
Capital de giro.....	197.585	430	18.435	3.794	-	220.244
Títulos descontados.....	151.841	-	-	-	-	151.841
Outros empréstimos.....	6.679	171	68	-	-	49.633
<b>Total.....</b>	<b>1.839.260</b>	<b>142.418</b>	<b>145.101</b>	<b>3.794</b>	<b>42.715</b>	<b>2.173.288</b>

f. Concentração das operações de crédito

	Saldo 2020	% Carteira	Saldo 2019	% Carteira
10 maiores emittentes/clientes.....	1.332.315	61,30	1.252.973	61,84
50 seguintes maiores emittentes/clientes.....	812.365	37,38	753.098	37,17
100 seguintes maiores emittentes/clientes.....	28.608	1,32	20.048	0,99
<b>Total.....</b>	<b>2.173.288</b>	<b>100,00</b>	<b>2.026.119</b>	<b>100,00</b>

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Obrigações por compra de câmbio.....	-	1.832.564	-	2.480.577
Câmbio comprado a liquidar.....	1.959.573	-	2.479.865	-
Direitos sobre venda de câmbio.....	1.481.747	-	2.080.308	-
Câmbio vendido a liquidar.....	-	1.554.007	-	2.082.985
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9).....	6.918	-	1.136	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos.....	(243)	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9).....	-	(367.392)	-	(438.519)
<b>Total.....</b>	<b>3.447.995</b>	<b>3.019.179</b>	<b>4.561.309</b>	<b>4.125.043</b>

11. DIVERSOS

	2020	2019
Depósitos judiciais (a).....	253.225	215.935
Imposto de renda a compensar.....	35.867	29.894
Serviços prestados a receber - empresas exterior (b).....	117.645	94.217
Adiantamentos, antecipações salariais e outros.....	16.639	18.418
Pagamento a ressarcir.....	614	597
<b>Total.....</b>	<b>423.990</b>	<b>359.061</b>

(a) Segue composição do saldo de depósitos judiciais:

	2020	2019
Demandas ISS.....	13.398	13.099
Depósitos previdenciários.....	175.354	138.705
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis.....	2.929	3.913
Demandas COFINS.....	36.717	35.777
Outras demandas tributárias.....	24.827	24.441
<b>Total.....</b>	<b>253.225</b>	<b>215.935</b>

(b) Representa o valor a receber do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 19).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

Segue composição dos valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos:

	2020			2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
<b>Crédito tributário (a)</b>						
Diferenças temporárias.....	95.130	76.104	171.234	56.340	45.078	101.418
<b>Crédito Tributário</b>	<b>95.130</b>	<b>76.104</b>	<b>171.234</b>	<b>56.340</b>	<b>45.078</b>	<b>101.418</b>
<b>Prejuízo fiscal / base negativa</b>	<b>50.073</b>	<b>52.302</b>	<b>102.375</b>	<b>57.773</b>	<b>57.929</b>	<b>115.702</b>
<b>Total.....</b>	<b>50.073</b>	<b>52.302</b>	<b>102.375</b>	<b>57.773</b>	<b>57.929</b>	<b>115.702</b>

a. Créditos tributários

Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias:

	2019	Constituição	(Realização)	2020
Diferenças temporárias (1).....	56.340	60.186	(21.396)	95.130
Imposto de renda.....	45.078	48.143	(17.117)	76.104
Contribuição social.....	101.418	108.329	(38.513)	171.234

(1) Constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização de decisão judicial), de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes, sobre benefícios pós-emprego, remuneração variável diferida e marcação a mercado.  
 Expectativa de realização:  
 O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em dezembro de 2020 totalizou R\$ 171.234 (Dez/2019 – R\$ 101.418).  
 A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros e realização das operações a ele associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2021 – 81,43%; 2022 – 10,72%; 2023 – 3,25%; 2024 – 2,73%; 2025 – 0,83%; 2027 – 0,45%; 2031 – 0,59%.  
 Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa:

	2019	Constituição	(Realização)	2020
Prejuízo fiscal e base negativa.....	57.773	4.026	(11.726)	50.073
Imposto de renda.....	57.929	3.740	(9.367)	52.302
Contribuição social.....	115.702	7.766	(21.093)	102.375

Expectativa de realização:

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em dezembro de 2020 totalizou R\$ 102.375 (Dez/2019 – R\$ 115.702).  
 A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2021 – 10,43%; 2022 – 9,98%; 2023 – 10,11%; 2024 – 10,25%; 2025 – 10,38%; 2026 – 10,51%; 2027 – 10,64%; 2028 – 10,77%; 2029 – 10,90% e 2030 – 6,02%.  
 O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 241.085 (2019 – R\$ 179.124).

Efeito em resultados

Segue quadro demonstrativo do efeito em resultado, oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:

	Prejuízo Fiscal Receita / (Despesa)	Outras Diferenças Receita / (Despesa)	Efeito líquido Receita / (Despesa)
Imposto de renda.....	(7.700)	38.790	31.090
Contribuição social.....	(5.627)	31.026	25.399
Efeito em 2020.....	(13.327)	69.816	56.489
Efeito em 2019.....	7.070	20.418	27.488

(\*) A diferença entre o resultado líquido em 2020 e o resultado do ativo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados referem-se a contabilização no patrimônio líquido do ajuste de avaliação patrimonial líquida dos efeitos tributários dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante líquido de R\$ 3.637 em dezembro de 2020.

13. DEPÓSITOS À VISTA, A PRAZO E INTERFINANCEIROS

Os depósitos à vista totalizavam o montante de R\$ 581.569 (Dez/2019 – R\$ 516.255).

(a) Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 110% (2019 - entre 75% e 100,1%) e CDBs pré-fixados de 7,42% a.a. (Dez/2019 – 7,42% a.a.). Segue abertura por prazo de vencimento:

	2020	2019
<b>Depósitos a prazo</b>		
<b>Faixas de vencimento</b>		
Até 3 meses.....	167.514	249.417
3 a 12 meses *.....	2.407.683	880.278
1 a 3 anos.....	1.338	70.321
Acima de 3 anos.....	5.567	-
<b>Total.....</b>	<b>2.581.902</b>	<b>1.200.016</b>

\* Saldo em partes relacionadas R\$ 4.484 (Dez/19 R\$ 7.032) (nota 19).

(b) Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100% (Dez/2019 - 96%).

Depósitos interfinanceiros

	2020	2019
<b>Faixas de vencimento</b>		
Acima de 3 anos.....	126.885	700
<b>Total.....</b>	<b>126.885</b>	<b>700</b>

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por tomadas de linha (a).....	2.556.368	-	854.956	-
Obrigações por empréstimos no exterior (b).....	62.859	-	53.236	-
Financiamentos à exportação (c).....	381.756	-	450.441	-
<b>Total (nota 19).....</b>	<b>3.000.983</b>	<b>-</b>	<b>1.358.633</b>	<b>-</b>

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Euro e Dólar, com taxa máxima de até 1,25% ao ano e liquidados em outubro de 2021.

(b) Referem-se basicamente às captações com DB Frankfurt e DB New York, em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 1,32% e vencimentos até outubro de 2021.

(c) Referem-se basicamente às captações com o e DB AG New York em Dólar, com taxa de juros de até 1,26% ao ano e vencimentos até maio de 2021.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2020	2019
<b>Circulante:</b>		
Impostos e contribuições a recolher (IR fonte, ISS, etc.).....	7.204	9.314
Impostos e contribuições sobre lucros.....	29.161	-
<b>Total.....</b>	<b>36.365</b>	<b>9.314</b>

Não Circulante:

Impostos e contribuições sobre lucros.....	-	16.579
<b>Total.....</b>	<b>36.365</b>	<b>25.893</b>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2020	2019
<b>Circulante:</b>		
Despesas de pessoal.....	9.132	11.915
Despesas administrativas.....	8.723	470
Contas a pagar.....	17.301	309
<b>Total.....</b>	<b>35.156</b>	<b>12.694</b>

Não Circulante:

Despesas de pessoal.....	42.869	34.586
Despesas administrativas.....	825	3.558
Contas a pagar.....	-	2.153
<b>Total.....</b>	<b>43.694</b>	<b>40.297</b>
<b>Total.....</b>	<b>78.850</b>	<b>52.991</b>

17. PROVISÕES DIVERSAS

	2020	2019
<b>Circulante:</b>		
Provisão sobre garantias prestadas (*) (nota 9).....	12.091	222
<b>Total.....</b>	<b>12.091</b>	<b>222</b>
<b>Não Circulante:</b>		
Provisão sobre garantias prestadas (*) (nota 9).....	76.333	4.438
Riscos fiscais e administrativos (nota 18).....	145.537	144.370
Passivo atuarial (nota 22c).....	69.066	61.314
Passivo contingente (nota 18).....	9.390	13.625
<b>Total.....</b>	<b>300.326</b>	<b>223.747</b>
<b>Total.....</b>	<b>312.417</b>	<b>223.969</b>

(\*) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão



Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132  
 São Paulo - SP

## Demonstrações Financeiras

Continuação... **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Em milhares de Reais)

### 19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul-Dez/2020	Exercício/2020	Exercício/2019	
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)
<b>Disponibilidades (DEME) (nota 5)</b>				
DB AG (Frankfurt)	- 1.564.720	-	92.711	67.866
DB AG (Tokyo)	- 310	-	11	-
DB AG (New York)	- 48.984	-	24.005	-
DB AG (London)	- 157	-	829	-
<b>Depósito à vista (nota 13)</b>				
Dt. Bank Secur. Inc.	- 545	-	464	-
DBUSBZ2 Sàrl	- 29	-	9	-
DMG Group plc	-	-	-	-
DB AG (London)	- 3.456	-	13.808	-
DIMA, Inc.	-	-	821	-
Deutsche Morgam Grenfell Co. LTD	- 51	-	51	-
DB AG Frankfurt(Global Markets)	- 48	-	-	-
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	- 355	-	-	-
<b>Depósito a prazo (nota 13)</b>				
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	(97)	(1.751)	(97)	(7.032)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	-	(9.713)	-	-
<b>Aplicações em ME (i) (nota 6)</b>				
Deutsche Bank AG London	-	-	4.320	-
<b>Serviços prestados para empresas no exterior (nota 11)</b>				
DB AG (London)	13.987	33.063	31.007	43.023
DB AG (New York)	2.331	13.764	3.949	6.852
DB Trust Co Americas	5.453	9.119	6.471	6.489
DWS Investm. AU Ltd	-	1	-	4
DWS Group Sv. UK Ltd	-	5	-	4
DWS Investment GmbH	32	7.732	3.348	3.066
DIMA, Inc.	7	5.761	2.202	8.468
DB AG (Cayman Isl.)	7.522	48.031	13.888	26.158
RREEF America LLC	-	-	-	8
DeAM (Japan) Limited	-	17	-	12
DeAM SGIC SA	-	5	-	4
DWS Investm. UK Ltd	-	82	5	58
DWS Distributors Inc.	-	-	9	4
DWS Internat. GmbH	5	-	17	19
DeAM Hong Kong Limited	-	17	-	12
DeAM Asia Limited	-	11	-	8
DeAM S.A.	-	44	-	31
<b>Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)</b>				
DB AG (Frankfurt)	(28.810)	(3.000.983)	(18.822)	(1.358.633)
DB AG (New York)	(27)	(882.556)	(13)	(290.900)
DB AG (London)	(28.783)	(2.062.522)	(18.809)	(1.067.733)
DB AG (New York)	-	(5.905)	-	-
<b>Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (nota 10)</b>				
DB AG (London)	(150.536)	(55.136)	(173.405)	(3.778)
<b>Despesas a pagar para empresas no exterior (nota 16)</b>				
DB AG (Frankfurt)	(26.371)	(23.289)	(50.867)	(3.344)
DB AD (London)	(5.032)	(5.018)	(5.364)	-
DB Jacksonville	(5.302)	(2.837)	(23.602)	-
DBOI	(11.613)	(11.311)	(17.396)	(4.483)
DBOI	-	-	-	(43)
DB AG Hong Kong Br.	(97)	(96)	(97)	-
DB AG New York	(1.225)	(1.211)	(1.225)	-
DB Trust Company Americas NY	(1.194)	(1.180)	(1.194)	-
DB AG Singapore Br.	(1.603)	(1.584)	(1.603)	-
OOO "Deutsche Bank"	(12)	(11)	(12)	-
DB Service Centre Limited	(15)	(15)	(15)	-
Deutsche Bank (Suisse) S.A.	(20)	(20)	(20)	-
Deutsche AM Distributors, Inc.	(5)	-	(5)	-
DIM Americas Inc.	(53)	-	(53)	-
RREEF America L.L.C.	(11)	-	(11)	-
Deutsche Asset Management Investment GmbH	(166)	-	(166)	-
Deutsche Asset Management (UK) Limited	(5)	-	(5)	-
Deutsche Asset Management International GmbH	(18)	(6)	(9)	-

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

#### b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

**b.1 Definição de pessoal-chave da Administração:** Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

**b.2 Política:** O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

#### b.3 Benefícios de curto prazo:

	2020	2019
Remuneração fixa	10.591	10.503
Remuneração variável (curto prazo)	1.165	1.855
Encargos trabalhistas	4.164	2.398

#### b.4 Benefícios de longo prazo:

	2020	2019
Remuneração variável (longo prazo)	5.432	3.017
Encargos trabalhistas	1.874	1.077

**b.5 Outras informações:** conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

### 20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a. Capital social

O capital social está totalmente integralizado e se divide em 801.494.530 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

#### b. Prejuízo / Lucros acumulados / Reserva de lucro

O prejuízo acumulado em 2020 foi absorvido em reserva de lucros.

#### c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (1.294) (em 2019, R\$665) e do ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante de R\$ 5.739 (em 2019, R\$9.596).

#### d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram distribuídos dividendos e ou JCP.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.820 de 25 de maio de 2020 fica estabelecido por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à compra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.

#### e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

#### f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseado no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	2020	2019
Risco operacional	46.419	51.009
Risco de crédito	457.983	355.935
Risco de moeda/cambial	7.443	27.280
Risco de juros	120.884	58.936
<b>Total Patrimônio Líquido exigido - PLE</b>	<b>632.729</b>	<b>493.160</b>
Patrimônio referência	1.488.497	1.519.497
Margem para limite Basileia	855.768	1.026.337
Percentual de utilização	42,51%	32,45%
<b>Índice Basileia</b>	<b>18,82%</b>	<b>24,65%</b>
RBAN	9.988	16.926
<b>Razão de alavancagem *</b>	<b>12,27%</b>	<b>17,68%</b>

(\*) Por meio de instrução definida na Resolução nº 4.557/2017, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, implementaram uma nova metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade em Janeiro/2020. Sendo assim, o montante apresentado na linha indicada como IRRBB/Rban para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019, foi calculado conforme descrito na Circular nº 3.876/2019. E o montante apresentado no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, foi calculado conforme a Circular nº 3.365/2007 (Rban).

### 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos tributos e participações	(79.231)	102.743	(79.231)	102.743
JCP	-	(50.000)	-	(50.000)
Efeitos excluídos a mercado	25.175	5.041	25.175	5.041
Adições (exclusões) permanentes líquidas	18.669	8.435	18.669	8.435
Adições (exclusões) temporárias líquidas	138.059	(1.978)	138.059	(1.978)
Base de cálculo	102.672	64.241	102.672	57.629
<b>Compensação com prejuízo fiscal e base negativa</b>	<b>(29.666)</b>	<b>(19.272)</b>	<b>(30.802)</b>	<b>(17.289)</b>
Base de cálculo após compensações	73.006	44.969	71.870	40.340
Impostos correntes	(16.759)	(10.528)	(12.908)	(8.605)
Ativo fiscal diferido	33.028	(4.051)	27.098	22.101
<b>Resultado de imposto de renda e contribuição social no período</b>	<b>16.269</b>	<b>(14.579)</b>	<b>14.190</b>	<b>13.496</b>

### 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços são compostas por:

	Semestre	Exercício/2020	Exercício/2019
Serviços prestados às empresas relacionadas	29.330	60.873	77.585
Serviços de custódia	6.030	11.490	8.822
Rendas de garantias prestadas	9.453	16.826	14.881
Comissão de estruturação	392	718	981
Outras	1.763	3.363	2.484
<b>Total</b>	<b>46.968</b>	<b>93.270</b>	<b>104.753</b>

c. De acordo com o CPC33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

• Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei nº 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 69.066 em Dez/2020 e R\$ 61.314 em Dez/2019.

• Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. Em 2020 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 9.297.

• O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 597.

d. Outras despesas administrativas são compostas por:

	Semestre	Exercício/2020	Exercício/2019
Serviços técnicos especializados	(12.072)	(20.698)	(17.422)
Processamento de dados	(6.897)	(13.406)	(12.998)
Comunicação	(4.455)	(8.077)	(6.754)
Seguros	(878)	(1.499)	(2.228)
Serviços do sistema financeiro	(6.224)	(11.120)	(10.164)
Aluguéis	(2.307)	(4.506)	(3.913)
Depreciação e amortização	(1.788)	(3.381)	(2.482)
Viagens	(93)	(276)	(2.560)
Serviços de terceiros	(1.853)	(2.885)	(2.885)
Manutenção e conservação de bens	(2.854)	(5.494)	(7.160)
Publicidade e propaganda	(101)	(201)	(303)
Serviços de Empresas no Exterior(*)	(22.973)	(29.124)	(4.542)
Outras	(1.515)	(3.271)	(4.661)
<b>Total</b>	<b>(63.926)</b>	<b>(103.938)</b>	<b>(78.072)</b>

\* com partes relacionadas

e. Outras receitas operacionais são compostas por:

	Semestre	Exercício/2020	Exercício/2019
Atualização de depósitos judiciais	2.000	4.414	8.422
Atualização taxa Selic - tributos	245	382	129
Renda de recebíveis	15.156	31.804	31.131
Reversões de provisões judiciais (nota16)	1.347	1.762	2.798
Reversões de provisão sobre remuneração	1.267	1.267	765
Variação cambial sobre valores a receber	90	33.533	3.245
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	172	172	106
Reversão sobre serviços prestados por empresas no exterior	-	-	2.576
Reversão de provisões atuariais	261	388	654
Outras	(2.041)	(2.565)	(374)
<b>Total</b>	<b>20.538</b>	<b>73.722</b>	<b>58.103</b>

f. Outras despesas operacionais são compostas por:

	Semestre	Exercício/2020	Exercício/2019
Despesas com processos judiciais / reversões	(1.262)	(1.810)	(8.049)
Variação cambial sobre valores a receber	-	-	(1.001)
Varição monetária sobre processos judiciais (nota 16)	(1.017)	(2.847)	(5.246)
Serviços prestados por empresas no exterior (*)	(3.414)	(21.760)	(2.736)
Despesas sobre fianças	-	(41)	(132)
Outras	(2.041)	(2.565)	(374)
<b>Total</b>	<b>(7.734)</b>	<b>(29.023)</b>	<b>(17.538)</b>

\* com partes relacionadas

g. Resultado de operações de câmbio:

	Semestre	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas (despesas) com variação cambial	96.344	131.428	(10.323)
Outras com exportação, importação e financeiro	13.231	25.452	11.955
Outras	(191)	(1.127)	(7.042)
<b>Total</b>	<b>109.384</b>	<b>155.753</b>	<b>(5.410)</b>

#### h. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução nº 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	2020	2019
Ativo - Exposição	1.084.457	236.180
Passivo - Garantidor	(522.284)	(61.451)
<b>Resultado líquido</b>	<b>562.173</b>	<b>174.729</b>

#### i. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve resultado material a ser classificado como não recorrente.

### 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas administrativas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão



Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132  
São Paulo - SP

## Demonstrações Financeiras

Continuação...

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos *ratings* internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de *ratings* do BACEN, conforme estabelecida na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (*expected loss*) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

#### Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

#### Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são pró-ativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação;

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

#### Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (*BoD* – *Board of Directors*). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão gera sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

O menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

#### Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

#### d. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias. O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de *Treasury* - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. *Treasury* é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado. Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e *BoD* – *Board of Directors* – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez; e
- Aprovação de Novos Produtos;
- Plano de Contingência de Liquidez

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

#### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

#### Responsabilidade

A área de *Treasury* é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

#### Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos. O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

#### Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

#### e. Responsabilidade Socioambiental

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas nos Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB) e em aderência a Resolução nº 4.327/14 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil estabeleceu diretrizes e padrões locais para a identificação, avaliação, gerenciamento e mitigação dos riscos reputacionais que surjam com consequência da possível materialização de riscos socioambientais como resultado das atividades comerciais exercidas pelo DB Brasil.

#### 24 Outros assuntos

Em março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em junho/20, para 2,25% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus. Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentou uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. Destacamos a seguir itens do balanço com potencial impacto.

- **Instrumentos financeiros:** cujo valor de mercado pode variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;

- **operações de crédito:** aumento das inadimplências da carteira e potencial execução de garantias.

- **créditos tributários:** cuja realização dependerá do resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso esta se prolongue por um longo período de tempo;

- **captações:** aumento da volatilidade, bem como incertezas nos mercados de crédito e capitais geralmente reduzem a liquidez, pode haver elevação dos custos de captação para instituições financeiras, impactando a capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento.

A Administração do Deutsche no Brasil vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservar a segurança e a saúde de seus colaboradores. O Banco possui plano de continuidade dos negócios para situações de crise e o mesmo foi implementado para garantir a continuidade das operações do Banco. A gestão dessa crise se dá por meio de reuniões recorrentes e frequentes relatos à Diretoria Executiva.

Devido às incertezas e os reflexos econômicos que a pandemia pode causar a Diretoria Executiva vem sendo permanentemente atualizada sobre o desempenho do portfólio de crédito da instituição realizando uma gestão ativa do mesmo.

#### 25 EVENTOS SUBSEQUENTES

O Governo Federal editou e publicou no DOU extra de 1º de março de 2021 a Lei (MP) Provisória 1.034, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras. No caso dos Bancos, esta alíquota foi de 20 para 25%. Se a MP for aprovada da forma em que foi proposta e dentro do período legal de 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período, essa alíquota vigorará de 01/07 a 31/12/2021. O total da tributação sobre o lucro neste período para os Bancos passará de 45 para 50%. O Banco está avaliando os impactos nos tributos correntes e diferido.

DIRETORIA		DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE	
Betina Machado Ferraz Celso Hissashi Maehata Eduardo Saito Guilherme Bernasconi Daniel		Jaime Castromil Lassala	
		CONTADORA	
		Elaine Nascimento CRC 1SP 201003/O-6	

### RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

#### Introdução

Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/04, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), instituiu o Comitê de Auditoria ("Comitê"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

#### Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o exercício de 2020 e realizou a reunião de encerramento no dia 26 de março de 2021.

#### Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

#### Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2020. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores do

#### Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº9, em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.173.288 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 133.415 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

#### Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

#### Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 2020. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

#### Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 26 de março de 2021.

#### A Diretoria

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes dos seguintes assuntos: (i) alterações advindas da adoção da Resolução CMN 4.818/20, Resolução Bacen nº 02/20, ocorrida em 01 de janeiro de 2020e (ii) ajustes decorrentes da reapresentação conforme o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, conforme descrito na nota explicativa nº2 às demonstrações financeiras, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de março de 2020. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, examinamos também as alterações sobre os valores correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, advindas da adoção decorrente dessas Resoluções e das reapresentações. Em nossa opinião, tais alterações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2021.

Building a better working world

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Gilberto Bizerra De Souza  
Contador CRC- RJ076328/O-2